



**Michéle Barreto Justus  
(Organizadora)**

# **Formação de Professores e a Condição do Trabalho Docente**

---

Michéle Barreto Justus  
(Organizadora)

# Formação de Professores e a Condição do Trabalho Docente

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

F723 Formação de professores e a condição do trabalho docente [recurso eletrônico] / Organizadora Michéle Barreto Justus. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Formação de Professores e a Condição do Trabalho Docente; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-440-5

DOI 10.22533/at.ed.405190507

1. Educação. 2. Professores – Formação. 3. Prática de ensino.  
I. Justus, Michéle Barreto. II. Série.

CDD 370.71

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

Atena  
Editora

Ano 2019

## APRESENTAÇÃO

Abordar o tema “formação de professores e a condição do trabalho docente”, especialmente nos tempos hodiernos, é uma tarefa complexa e delicada. Complexa porque envolve elementos de natureza múltipla, que se fundamentam e se desenvolvem a partir de aspectos legais, sociais, humanos, econômicos, estruturais; e delicada, porque necessita de uma visão crítica sobre a realidade, a fim de buscar olhares e ações sobre os elementos que agregam e se inter-relacionam no campo educacional.

Assim, no intuito de facilitar a compreensão do leitor sobre assuntos tão plurais e possibilitar uma leitura mais prática e agregadora, este livro traz 53 artigos organizados em dois volumes, levando em conta a proximidade dos temas apresentados.

No volume 1, os temas discutidos giram em torno de assuntos relacionados à formação de professores, especialmente no que diz respeito às experiências *da* e *na* formação inicial e continuada, além da gestão democrática.

No volume 2, os autores apresentam seu trabalhos sobre assuntos pertinentes às relações estabelecidas entre educação, formação docente e uso das tecnologias, trazendo contribuições valiosas para a leitura de temas acerca do trabalho docente.

Abordam as transformações ocorridas nesse campo discorrendo sobre a precarização do trabalho, o adoecimento dos professores e a desconsideração dos saberes docentes até chegar à falta de autonomia destes profissionais; apresentam também diferentes metodologias de ensino e recursos didáticos que podem se transformar em estratégias úteis para a melhoria do desempenho discente, assim como trazem à tona estudos sobre a inclusão e o trabalho docente.

Por fim, esta obra caracteriza-se como um rico instrumento para a leitura de profissionais da área da educação ou pessoas que tenham alguma relação com o trabalho docente, pois propicia importantes reflexões acerca do multifacetado cenário educacional.

Michéle Barreto Justus

## SUMÁRIO

### FORMAÇÃO DE PROFESSORES RELATOS SOBRE A FORMAÇÃO INICIAL E A FORMAÇÃO CONTINUADA

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A PRÁTICA PEDAGÓGICA SOCIOCONSTRUTIVISTA DA CARTOGRAFIA DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA DO IFPE POR MEIO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	
Wagner Salgado da Silva Ana Paula Torres de Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.4051905071	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
ESTÁGIO SUPERVISIONADO: CONSTRUÇÕES DE SABERES DA GESTÃO ESCOLAR	
Jussara Bueno de Queiroz Paschoalino Jorge Nassim Vieira Najjar Tháís Yunes Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.4051905072	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>26</b>
POSSIBILIDADES DE EMANCIPAÇÃO HUMANA: OS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UFF	
Cecilia Neves Lima	
DOI 10.22533/at.ed.4051905073	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>36</b>
GÊNERO COMO CATEGORIA ANALÍTICA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES/AS	
Gleiton Silva de Sales	
DOI 10.22533/at.ed.4051905074	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>47</b>
POLÍTICA DE DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL E FORMAÇÃO DE PROFESSORAS DE CRECHE DO PROINFÂNCIA NO EXTREMO SUL DA BAHIA	
Márcia Lacerda Santos Santana Cândida Maria Santos Daltro Alves	
DOI 10.22533/at.ed.4051905075	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>59</b>
PRÁTICAS COMPARTILHADAS E TECITURAS DE SABERES: CURRÍCULOS E VIVÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Luziane Patricio Siqueira Rodrigues Flávia Fernanda Ferreira de Lucena Rosane Maria Serrano Zarro	
DOI 10.22533/at.ed.4051905076	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>66</b>
VIVÊNCIAS DE PESQUISA E PRÁTICA DE ENSINO EM PEDAGOGIA NO NOROESTE FLUMINENSE: INTEGRANDO ESPAÇOS DE FORMAÇÃO	
Fernando de Souza Paiva Mariana Santiago Tavares Corrêa Ana Luisa Barros Cunha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4051905077</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>71</b>
A PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO EM QUÍMICA NO PIBID: O DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO-CIENTÍFICO	
Francisco de Assis Araújo Barros Leidiane Cristina de Sá Sergio Bitencourt Araújo Barros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4051905078</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>81</b>
ESTÁGIO II – ESPAÇOS EDUCATIVOS NÃO ESCOLARES: AGÊNCIA SOCIAL E TRANSFORMAÇÃO PEDAGÓGICA	
Márcia Regina Mendes Santos Maria do Socorro Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4051905079</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>93</b>
UM CURSO DE LICENCIATURA A DISTÂNCIA NA ÓTICA DOS SEUS ESTUDANTES: O PERFIL DOS EGRESSOS	
Délia de Oliveira Ladeia Josefa Sônia Pereira da Fonseca	
<b>DOI 10.22533/at.ed.40519050710</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>98</b>
QUESTIONAMENTOS ACERCA DA FORMAÇÃO DOCENTE CONTINUADA	
Carmen Lucia Rodrigues Alves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.40519050711</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>110</b>
TRABALHO DOCENTE NO INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - CAMPUS VITÓRIA	
Tatiana das Mercês Marcelo Lima Michele Pazolini Jaqueline Ferreira de Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.40519050712</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>123</b>
ANALYSIS OF COMPETENCES IN THE CAREER OF PEDAGOGY IN CHEMISTRY AND SCIENCE OF THE UNIVERSITY OF PLAYA ANCHA	
Bastián Eduardo Cárdenas Godoy. Lastenia Ugalde Meza.	
<b>DOI 10.22533/at.ed.40519050713</b>	

**CAPÍTULO 14 ..... 136**

ANGÚSTIA E TEMPO LÓGICO DE LACAN NO PROCESSO DE ESCRITA AUTOBIOGRÁFICA NA FORMAÇÃO CONTINUADA

Jackson Santos Vitória de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.40519050714

**GESTÃO DEMOCRÁTICA**

**CAPÍTULO 15 ..... 148**

O CUMPRIMENTO DA META 19 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024) NAS CAPITAIS BRASILEIRAS: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA O PROVIMENTO DOS DIRETORES E A GESTÃO DEMOCRÁTICA

Maria de Fátima Magalhães de Lima

DOI 10.22533/at.ed.40519050715

**CAPÍTULO 16 ..... 155**

A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO DISTRITO FEDERAL SOB A TUTELA DO NEOLIBERALISMO: IMPACTOS E DETERMINAÇÕES

Patricia Silva Souza

Otília Maria Alberto da Nóbrega Alves Dantas

DOI 10.22533/at.ed.40519050716

**CAPÍTULO 17 ..... 165**

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA: DA CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO COM PROJETOS À AUTONOMIA DOS DISCENTES

Sandra Regina Trindade de Freitas Silva

Enéas Machado

Marli dos Santos Reis

Rafael Feijó Torres

Ubirajara da Silva Caetano

DOI 10.22533/at.ed.40519050717

**RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO DOCENTE E TECNOLOGIA**

**CAPÍTULO 18 ..... 172**

A FORMAÇÃO DE EDUCADORES E O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS: A VOZ DOS PROFESSORES

Eloiza da Silva Gomes de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.40519050718

**CAPÍTULO 19 ..... 188**

A CONSTRUÇÃO E EXPOSIÇÃO DE APLICATIVOS NOS CURSOS DE ANÁLISE DE SISTEMAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO: POSSIBILIDADES DE SITUAÇÕES DE ENSINO/APRENDIZAGEM PARA ALÉM DA SALA DE AULA

Agnaldo Lopes Martins

Leila Jane Brum Lage Sena Guimarães

Ana Paula Diniz Arruda

DOI 10.22533/at.ed.40519050719

<b>CAPÍTULO 20 .....</b>	<b>197</b>
O USO DA PLATAFORMA MOODLE NA TUTORIA PRESENCIAL DA DISCIPLINA DE FUNDAMENTOS EM ECOLOGIA	
Catarina de Medeiros Bandeira	
Cleilma Medeiros	
José Weverton Henrique Santos	
Maria Gabriela Galdino dos Santos	
Lucas Borchardt Bandeira	
Maria do Socorro Rocha	
Gilson Aciole Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.40519050720</b>	
<b>CAPÍTULO 21 .....</b>	<b>208</b>
O USO DO AMBIENTE VIRTUAL COMO RECURSO DIDÁTICO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE BIOLOGIA GERAL EM CURSOS PRESENCIAIS	
Catarina de Medeiros Bandeira	
Josefa Bruna Lima dos Santos	
Lucas Borchardt Bandeira	
Maria do Socorro Rocha	
Gilson Aciole Rodrigues	
Luciano Façanha Marques	
Isabelle da Costa Wanderley Alencar	
<b>DOI 10.22533/at.ed.40519050721</b>	
<b>CAPÍTULO 22 .....</b>	<b>220</b>
WEB CURRÍCULO - APROPRIAÇÕES E POSSIBILIDADES COM TDIC NA APRENDIZAGEM	
Malton de Oliveira Fuckner	
Thiago Barbosa Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.40519050722</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA.....</b>	<b>230</b>

## O CUMPRIMENTO DA META 19 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024) NAS CAPITAIS BRASILEIRAS: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA O PROVIMENTO DOS DIRETORES E A GESTÃO DEMOCRÁTICA

**Maria de Fátima Magalhães de Lima**

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Rio de Janeiro, RJ

IN BRAZILIAN CAPITAL: PROSPECTS  
AND CHALLENGES FOR THE PROVISION  
OF PRINCIPALS AND DEMOCRATIC  
MANAGEMENT

**RESUMO:** O objetivo deste artigo, de natureza exploratória, é analisar o cumprimento da Meta 19 do Plano Nacional de Educação e os requisitos para a seleção de diretores escolares na legislação das capitais brasileiras. Complementarmente, busca-se investigar a formação inicial e continuada desses agentes no contexto brasileiro, através da análise dos questionários contextuais da Prova Brasil. A análise dos documentos aponta para um cenário multifacetado em relação aos mecanismos de seleção de diretores, com aparente redução da indicação política nas capitais. No que tange à formação, nota-se que é necessário assegurar políticas de formação continuada com o objetivo de melhorar a ação desses agentes no âmbito da gestão escolar, em face da sua formação inicial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Plano Nacional de Educação, gestão democrática, diretores escolares e formação de diretores.

**ABSTRACT:** The aim of this exploratory paper is to analyze the compliance of Target 19 of the National Education Plan and the requirements for the selection of school principals in Brazilian capital legislation. In addition, we seek to investigate the initial and continuous training of these agents in the Brazilian context, through the analysis of the contextual questionnaires of Prova Brasil. The analysis of the documents points to a multifaceted scenario in relation to the selection mechanisms of directors, with an apparent reduction of the political indication in capitals. With regard to training, it should be noted that it is necessary to ensure continuous training policies with the aim of improving the action of these agents in the field of school management, in view of their initial training.

**KEYWORDS:** National Education Plan, Democratic management, School principal, Principal education

COMPLIANCE OF TARGET 19 OF THE  
NATIONAL EDUCATION PLAN (2014-2024)

### 1 | INTRODUÇÃO

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado através da Lei 13.005 (BRASIL,

2014) para o decênio 2014-2024, conforme instituído na Emenda Constitucional 59/2009 (Brasil, 1988), possui 14 artigos, 20 metas e 254 estratégias relacionadas ao cumprimento dessas metas. O processo de tramitação e sanção da Lei foi precedido de amplo debate entre setores da sociedade civil, movimentos sociais e entidades do campo educacional durante a Conferência Nacional de Educação (CONAE) realizada em 2010.

Posteriormente, ao longo de três anos, com a apresentação do Projeto de Lei do PNE (PL 8.035/2010) ao Congresso Nacional, o legislativo tornou-se a arena de disputas em torno de concepções da política educacional, culminando com a apresentação do texto final do PNE, que expressa a síntese possível das diferentes proposições discutidas e tensionadas nestes contextos.

Dentre as políticas abordadas no PNE a gestão democrática é apresentada através da Meta 19. Contudo, em vista de expressar um princípio do ensino público e das diferentes dimensões da democratização da gestão educacional e escolar, que se efetivam para assegurar o direito à educação, a gestão democrática se constituiu numa tema transversal em outras Metas do PNE.

A Meta 19 chama atenção em face de limitar a gestão democrática ao provimento dos diretores escolares. Ainda que o texto não cite explicitamente este processo, o objetivo principal estabelecido para a Meta é:

assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto (BRASIL, 2014).

Neste sentido, é necessário destacar que o conteúdo da Meta 19 expressa uma cadeia de discrepâncias entre as proposições apresentadas no Documento Final da CONAE 2010, o PL 8.035/2010 encaminhado ao legislativo, e a Lei 13005 sancionada em 2014, deixando transparecer o distanciamento do caráter mais abrangente da gestão democrática, como apontam Lino e Morgan (2018).

O propósito deste trabalho, de natureza exploratória, é analisar o cumprimento da Meta 19 do PNE (2014-2024) nas capitais brasileiras, notadamente no que diz respeito às normas vigentes que regulamentam a escolha e o provimento dos diretores escolares, com a finalidade de responder as seguintes questões: As normas legais que regulamentam o processo de seleção dos diretores escolares das capitais brasileiras estão em consonância com a Meta 19 do Plano Nacional de Educação? Quais as perspectivas e desafios para o cumprimento desta Meta, no âmbito destes dispositivos legais?

A discussão parece importante, tendo em vista que os diretores são pessoas-chave na gestão escolar. E as formas de acesso, as competências exigidas para o cargo, e a formação desses agentes influenciam na maneira como a gestão escolar é conduzida.

## 2 | METODOLOGIA E DADOS

As informações contidas neste trabalho, de caráter exploratório, provêm da análise de dados coletados em três fontes: documentos oficiais, revisão bibliográfica, e questionários aplicados aos diretores na edição da Prova Brasil de 2015. Os documentos oficiais, constituídos como fontes primárias, são: decretos, leis municipais, portarias, resoluções, instruções normativas, editais e leis específicas de gestão democrática, que dispõem sobre acesso e provimento de diretores. Tais documentos foram coletados nos portais eletrônicos das secretarias de educação e prefeituras das capitais investigadas em maio de 2018 e formaram a base da investigação, em vista de que representam a política em tela.

Para Gil (2002, p.62-3), a pesquisa documental é “fonte rica e estável de dados” e permite uma leitura aprofundada das fontes. Embora semelhante à pesquisa bibliográfica, diferencia-se pela natureza das fontes, em vista de que o documento não recebeu ainda tratamento analítico. Na análise documental, o tratamento analítico foi elaborado a partir do levantamento das convergências, divergências, ou ainda lacunas entre os documentos oficiais e o texto da Meta 19 do PNE.

A abordagem quali-quantitativa foi empregada utilizando-se complementarmente as variáveis correspondentes à formação inicial e continuada dos diretores extraídas dos questionários da Prova Brasil e tratadas estatisticamente. As respostas dos diretores foram cotejadas aos documentos oficiais a fim de analisar os desafios para o cumprimento dos critérios técnicos prescritos nas diretrizes legais.

## 3 | MECANISMOS DE ACESSO E DE PROVIMENTO DO CARGO DE DIRETOR ESCOLAR: A META 19 NO CONTEXTO BRASILEIRO

No Brasil, o acesso ao cargo de diretores escolares nas redes públicas se estabeleceu tradicionalmente através de quatro mecanismos: indicação (política ou técnica), concurso público, eleição (voto direto da comunidade escolar) e modalidades mistas ou híbridas de escolha.

Embora não haja estudos robustos que avaliem o impacto destes mecanismos de escolha sobre o processo ensino-aprendizagem e o desempenho dos alunos nas diferentes redes públicas de ensino, os seus contornos podem identificar arranjos e intenções que repercutirão na implementação das políticas educacionais e que tenderão a reafirmar ou a inibir processos democratizantes nas escolas.

Acerca deste aspecto, cabe ainda considerar que a definição da modalidade mista de escolha (seleção +eleição), que integra critérios técnicos e participação da comunidade escolar, parece resultar de uma possível conciliação das concepções em disputa no processo de tramitação do PL no legislativo. A repercussão positiva repousa no tolhimento à indicação (técnica ou política) como mecanismo de provimento do cargo

de diretor nas redes públicas de ensino do país. Ressalte-se que em 2014, de acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 74,4% dos municípios brasileiros os diretores escolares foram escolhidos apenas com base em indicação política, evidenciando a manutenção de relações clientelistas, pautadas na troca de favores, promovendo o loteamento de cargos públicos nas escolas, como criticado por Mendonça (2001), dentre outros autores.

A eleição, radicada nos movimentos pela redemocratização do país, afirmou-se como um dos pilares da gestão democrática. A vontade da comunidade escolar é manifestada através do voto direto numa determinada chapa ou candidato no sentido de romper com o regime autoritário, o patrimonialismo e o clientelismo, instituindo maiores graus de participação e controle da comunidade escolar na gestão.

Entretanto, apesar do sentido democrático, autores como Dourado (2008) e Paro (1996) assinalam que este mecanismo não têm cumprido integralmente as promessas do passado. Concebida com a finalidade de romper com o autoritarismo, alicerçado em diferentes redes de ensino, a eleição de diretores carece, segundo os autores, de aperfeiçoamento.

O concurso público apresenta como premissa, além da ruptura com práticas discricionárias, o domínio de competências técnicas e atende, à primeira vista, aos critérios de transparência e impessoalidade necessários para o ingresso em cargos públicos. Por outro lado, assentado no princípio da burocracia weberiana, ofusca o papel político do diretor escolar, além de impedir a alternância na direção e o envolvimento da comunidade escolar no processo para assegurar sua legitimidade política.

No que tange às modalidades mistas, cabe considerar que estas já vinham sendo progressivamente adotadas pelos executivos municipais em substituição aos processos “puros” de eleição ou indicação, conforme abordado por Lima (2014). Segundo a autora (2014, p.3), o caráter híbrido deste mecanismo procura compatibilizar “legitimidade política, responsabilização compartilhada e capacidade gerencial”, no sentido de responder às demandas por planejamentos estratégicos locais e accountability. Tais atribuições estão sob a responsabilidade dos diretores, que, de acordo com Souza e Gouveia (2010), abarcam um amplo leque de tarefas técnico-administrativas, políticas e pedagógicas.

No que tange à definição dos critérios técnicos de mérito e desempenho, de acordo com Amaral (2016), “o mérito pode ser compreendido como um patamar vertical que prevê a chegada ao cargo por titulação, ou seja, a formação em gestão também é considerada questão chave para investidura como diretor de escola”. Neste sentido, um conjunto de pré-requisitos que focalizam as habilidades individuais é exigido como critério para inscrição das candidaturas. Dentre os pré-requisitos exigidos destacam-se: ter experiência docente, ser candidato “ficha limpa”, apresentar plano de melhoria da escola, participar de processo de certificação e ter boa avaliação como diretor (no caso de reeleição) e como professor (no caso de novas candidaturas).

## 4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a análise dos documentos, 21 das 27 capitais brasileiras dispõem de leis que regulamentam o acesso ao cargo de diretor através de **processos mistos**, combinando a eleição com critério(s) técnico(s) de mérito e desempenho (certificação após prova de conhecimentos, apresentação de plano/projeto de gestão, termo de compromisso, “ficha limpa”, avaliação profissional). Desses documentos, 18 foram formulados após a sanção do PNE. A modalidade de **eleição direta**, sem qualquer exigência técnica, foi observada em 2 capitais: Porto Velho e Campo Grande. Em relação ao **concurso**, chama atenção que São Paulo mantenha esta modalidade para acesso e provimento dos diretores, mesmo após a sanção do Plano Municipal de Educação, que embora cite mecanismos de gestão democrática, passa ao largo deste tema. Nos portais eletrônicos de Macapá, São Luís e Boa Vista **não foram encontrados** quaisquer documentos que indiquem modalidades para acesso e provimento do cargo de diretor, esboçando suposta ausência de regulamentação deste processo nestas localidades.

No que tange à formação dos diretores, de acordo com os dados dos questionários da Prova Brasil, em 2015, 97% dos respondentes registraram que a escolaridade mais alta concluída até a graduação foi em nível superior. 44% revelaram que cursaram Pedagogia, 4% o Normal Superior e 43% licenciaturas diversas. 42% responderam que obtiveram a formação em graduação há pelo menos 15 anos e 35% entre 8 e 14 anos. Quanto à formação continuada, 17% dos diretores revelaram não ter participado de qualquer atividade de formação profissional, e dos que participaram 21% informaram que não houve impacto ou que o impacto foi moderado nas atividades desenvolvidas como diretor.

A análise dos resultados deixa transparecer que o acesso ao cargo e a atuação na função de diretor enfrentam desafios que a formação inicial e continuada dos professores precisa responder. Em 60% das capitais brasileiras, que adotam modalidades mistas, o plano de gestão se constitui como componente técnico e requisito para participação no processo seletivo, confirmando que o local, como aponta Barroso (2013), tornou-se imperativo para consolidação da descentralização e da implementação das políticas pós-burocráticas. Desta forma, é necessário considerar na formação, a natureza do trabalho na gestão, tanto para os professores que cursam Pedagogia quanto para aqueles que cursam as licenciaturas, em vista de corresponderem a um percentual significativo de diretores, conforme respostas do questionário. Vale ainda ressaltar, que embora a certificação se constitua como requisito preponderante entre os critérios técnicos fixados nos documentos legais (observado em 70% das capitais) houve reduzida menção à universidade como responsável pela organização dos cursos oferecidos aos candidatos à direção.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se, por um lado, os resultados parecem anunciar uma perspectiva alvissareira de redução da indicação política de diretores nas capitais brasileiras, após a sanção do PNE (Lei 13005/2014), por outro, esta redução está longe de indicar um movimento sincrônico de participação das comunidades escolares neste processo no cenário nacional, como institui o PNE (Lei 13005/2014).

Outro aspecto que precisa ser ponderado é que os resultados apresentados nesta pesquisa são “datados”. Ou seja, expressam determinado período político das capitais brasileiras e suas agendas, que são alteradas de acordo com a correlação de forças e as mudanças no governo.

No que tange à formação dos diretores, são evidentes os desafios em relação à formação inicial e continuada desses agentes, em diálogo com as atribuições inerentes ao exercício da função. Neste sentido, os resultados sugerem que a demanda por formação continuada de diretores superem determinados modelos de formação que “tem se colocado de uma forma muito vinculada à ideia de apresentação de manuais, ou seja, de métodos/metodologias padronizados/as para a solução de questões dadas” como afirma Souza (2008, p.58). Em contraposição a estes modelos os gestores seriam encorajados a refletir e discutir sobre os problemas que dizem respeito aos cotidianos escolares e os caminhos que precisam ser construídos para assegurar ensino-aprendizagem com qualidade e inclusão.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, D. P. **Mérito, desempenho e participação nos planos municipais de educação: sentidos da gestão democrática.** Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara/SP, v.20, n.03, p. 385-404, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22633/rpge.v20.n3.9732>>. Acesso em jun./2018. ISSN: 1519-9029.

BARROSO, J. **A emergência do local e os novos modos de regulação das políticas educativas.** Educação: temas e problemas, Évora, Portugal, nº 12 e 13, pp. 13-25, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> . Acesso: jun./2018.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Brasília: DF, 25 jun. 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm) – Acesso: jun./2018.

DOURADO, L. F. **A escolha de dirigentes escolares: Políticas e gestão da educação no Brasil.** In: FERREIRA, N. S. C (Org.) *Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios.* 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª Ed. São Paulo. Editora Atlas, 2002.

LIMA, M. F. M. **Modalidades de escolha e de provimento de diretores escolares: desafios e alternativas para a gestão democrática e o alcance da qualidade da educação.** In: IV Congresso Ibero Americano de Política e Administração da Educação. Políticas e Práticas de Administração e

Avaliação da Educação Ibero-Americana. Porto, Portugal. 14 a 16 de abril de 2014.

LINO, L. A.; MORGAN, K. V. **Do documento final da Conae ao Plano Nacional de Educação: uma análise da meta 19**. Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 22, n. esp.1, p. 67-83, mar., 2018.

MENDONÇA, E. F. **Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil** Educação e Sociedade, ano XXII, nº 75, p 84-108, agosto/2001.

PARO, V. H. **Eleição de Diretores de Escolas Públicas: Avanços e Limites da Prática**. R. bras. Est. pedag., Brasília, v.77, n.186, p. 376-395, maio/ago. 1996.

SOUZA, A. R.; GOUVEIA, A. B. **Diretores de escolas públicas: aspectos do trabalho docente**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. especial 1, p. 173-190, 2010.

SOUZA, A. R. **A produção do conhecimento e o ensino da gestão educacional no Brasil**. RBP AE, v.24, n.1, p. 51-60, jan./abr. 2008.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**MICHÉLLE BARRETO JUSTUS** Mestre em educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em 2015, especialista em Gestão Escolar pelo Instituto Tecnológico de Desenvolvimento Educacional (ITDE) em 2009, pedagoga graduada pela UEPG em 2002 e graduada em Psicologia pela Faculdade Sant'Anna (IESSA) em 2010. Autora do livro “Formação de Professores em Semanas Pedagógicas: A formação continuada entre duas lógicas”. Atua como pedagoga na rede estadual de ensino.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-440-5



9 788572 474405